

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 20ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura

2 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

4 – REQUERIMENTOS APROVADOS

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATA

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/3/2021

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.556, 2.571, 2.572, 2.575, 2.577 e 2.578/2021; Requerimentos nºs 7.577 a 7.586/2021 – Comunicações: Comunicação do Bloco Sou Minas Gerais – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Sargento Rodrigues e Virgílio Guimarães, da deputada Ana Paula Siqueira e dos deputados Carlos Pimenta e Doutor Jean Freire – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Acordo de Líderes; Decisão da Mesa – Votação de Requerimentos: Requerimento nº 302/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 1.093/2019; aprovação – Requerimento nº 2.156/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 2.458/2019, 4.756, 4.978, 6.299, 6.654, 6.808 e 6.885/2020; aprovação – Requerimento nº 7.356/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bráulio Braz – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Betão, 2º-secretário “*ad hoc*”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O presidente – A presidência, atendendo a pedido do Bloco Sou Minas Gerais, parabeniza o deputado Luiz Humberto Carneiro pelo seu aniversário e encaminha votos de plena recuperação e saúde. Nós, pares, amigos e servidores, manifestamos nossa admiração por sua força e luta. Seguimos juntos em oração. Deputado Luiz Humberto, estamos esperando-o o mais rápido possível. Que Deus o proteja. Logo, logo você estará no nosso meio, se Deus quiser. Parabéns!

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.556/2021

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de seleccione acima o município destinatário da doação o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Passa Vinte o imóvel com área de 56ha (cinquenta e seis hectares), e respectivas benfeitorias, situado na Rua Joaquim Sebastião Vieira, nº 189, Centro, no Município de Passa Vinte, e registrado sob o nº 9.599, a fls. 1 do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Aiuruoca.

§ 1º – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a abrigar a Escola Municipal José de Anchieta e as demais ações de educação.

§ 2º – O prédio continuará à disposição do Estado para abrigar a Escola Estadual Coronel Rezende, no formato de coabitação, sendo, porém, responsabilidade do Município, em decorrência desta proposição, a realização das reformas e melhorias necessárias.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 5 (cinco) anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2021.

Cássio Soares, líder do Bloco Minas são Muitas (PSD).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.571/2021

Autoriza a isenção, durante a pandemia de covid- 19, do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – incidente sobre rações para cães e gatos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Poder Executivo poderá isentar, durante a vigência do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, as rações destinadas para alimentação de cães e gatos, do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS –, a partir da aprovação desta lei.

Art. 2º – O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de noventa dias após sua publicação.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2021.

Oswaldo Lopes (PSD)

Justificação: Tendo em vista a atual situação de desemprego, surge a preocupação de que os donos de cães e gatos, ONG's e Protetores Independentes percam a condição de sustentá-los, o que poderia incrementar o índice de abandono desses animais.

O aumento do número de animais soltos pelas ruas é questão intimamente ligada à saúde pública, tendo em vista serem vetores de doenças, motivo pelo qual cabe a esta Casa Legislativa se antecipar ao problema.

Diante do exposto, conclamamos os ilustres Pares a apoiar esta proposta que desonera as rações para cães e gatos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.572/2021

Autoriza a isenção, durante a pandemia de covid-19, do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – incidente sobre os produtos alimentares que compõem a cesta básica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Poder Executivo poderá isentar, durante a vigência do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, os produtos que compõem a cesta básica nacional do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS –, a partir da aprovação desta lei.

Art. 2º – O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de noventa dias após sua publicação.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 22 de março de 2021.

Oswaldo Lopes (PSD)

Justificação: A proposta que submeto a aprovação tem como objetivo garantir à população mineira uma menor carga financeira na compra de produtos que compõem a cesta básica nacional durante a pandemia de covid-19.

Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, a carga tributária, incluindo a da cesta básica, é de cerca de 23%, quando a média internacional é de 7%.

O mundo inteiro passa por maus momentos devido à pandemia de covid-19, que afetou o emprego e a renda da população, reduzindo sobremaneira seu poder de compra, deixando, inclusive, grande número de famílias à mercê da sorte, sem renda para comprar o básico da alimentação, trazendo a sombra da fome de volta à nossa porta.

Por isso, por ser esta uma proposta que pode minimizar os efeitos da perda do poder de compra e da renda de boa parte da população, consideramos que se torna de suma importância sua aprovação.

Assim, rogo aos pares o apoio necessário para aprovação desta matéria.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Alencar da Silveira Jr. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.610/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.575/2021

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia – Regional Juiz de Fora, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia – Regional Juiz de Fora, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2021.

Zé Reis (Pode)

Justificação: A Associação Brasileira de Odontologia – Regional Juiz de Fora, com sede nesse município, com quase 50 anos de fundação e 1.500 associados, visa suprir as principais carências dos profissionais da odontologia e promover seu constante desenvolvimento profissional através de cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização. Como um braço assistencial complementar do Sistema Único de Saúde, presta assistência odontológica à população de Juiz de Fora e Região, atendendo mais de 1.000 pessoas por mês.

Sua principal missão é promover a odontologia nacional e internacional, valorizar o profissional no contexto técnico-científico e sociocultural e contribuir com as políticas de promoção da saúde bucal da população.

Anualmente a Associação promove ações sociais beneficiando mais de 3 mil crianças, tendo, neste momento de pandemia, distribuído *face shields* – máscaras de escudo facial – para toda a classe odontológica, a fim de ajudar no controle da propagação do coronavírus.

Diante da importância das ações realizadas pela Associação, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.577/2021

Institui a campanha “Junho Violeta”, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída no Estado de Minas Gerais a campanha “Junho Violeta”, a ser realizada anualmente durante o mês de junho, com o objetivo desenvolver ações de mobilização, sensibilização e conscientização da população sobre todos os tipos de violência contra as pessoas idosas.

§ 1º – A campanha “Junho Violeta” terá como símbolo um laço de cor violeta.

Art. 2º – A campanha “Junho Violeta” tem como diretrizes:

I – Conscientizar a população de que a violência e o abandono de pessoas idosas é crime;

II – Informar como qualquer pessoa pode denunciar casos de violência e abandono de pessoas idosas;

III – Incentivar doações e apoio a organizações da sociedade civil que cuidam de pessoas idosas;

IV – Realizar ações de conscientização sobre os direitos das pessoas idosas;

V – Estimular eventos e iluminação na cor violeta nos prédios públicos no mês de junho.

Art. 3º – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2021.

Antonio Carlos Arantes, 1º vice-presidente (PSDB).

Justificação: A iniciativa de lançar a campanha “Junho Violeta”, com o tema “Violetas contra a Violência” e o lema “Dignidade e Respeito para com a Pessoa Idosa”, surgiu em São Paulo, com o Serviço Franciscano de Solidariedade, em parceria com a Associação dos Bancários Aposentados.

Idealizada pelo jovem mineiro Romulo Leandro Alves, a campanha Junho Violeta tem como objetivo mobilizar a população, utilizando a cor violeta como símbolo da luta contra a violência ao idoso. Nesta proposta, inclui-se a possibilidade da doação de violetas como forma de gratidão pela vida dos nossos idosos, lembrando que elas, assim como eles, precisam apenas de carinho e atenção para que permaneçam vivas.

Embora o dia 15 de junho marque o Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, instituído, em 2006, pela ONU, a finalidade desta campanha é disseminar o debate ao longo de todo o mês de junho, pois a violência contra os idosos cresce e se agrava com velocidade.

O Brasil já possui mais de 30 milhões de pessoas acima dos 60 anos de idade. Somente em 2017, o Disque 100 recebeu 33.133 denúncias de violência contra idosos, com 68.870 violações.

Seja imposta pelos próprios familiares (76,3% dos casos), por empregados domésticos, cuidadores ou por funcionários de instituições de saúde, os idosos não têm como se defender diante de maus tratos, negligência (76,84%), abandono, abuso financeiro (42,82%), e violência física ou psicológica (56,47%).

Desta forma, revela-se de extrema importância a instituição da campanha Junho Violeta, para que exista um mês inteiro dedicado à realização de atividades alusivas ao tema. É necessário que os problemas sejam expostos e discutidos, com a finalidade de conscientizar as pessoas e, principalmente, combater a violência contra os idosos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.578/2021

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nepomuceno o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Nepomuceno o imóvel com área de 4.320m² (quatro mil e trezentos e vinte metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Rua Abraão Massahud, nº 275, no Município de Nepomuceno, e registrado sob o nº 7.266, a fls. 166 do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nepomuceno.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se ao funcionamento do Núcleo Educacional Dona Henriqueta Rafael de Menezes (Projeto Curumim).

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 3 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de março de 2021.

Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente (PSDB).

Justificação: O Núcleo Educacional Dona Henriqueta Rafael de Menezes (Projeto Curumim) foi herdeiro das experiências dos Centros Integrados de Atendimento ao Menor (Ciame) de Minas Gerais (1980), da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca-1990) e do Programa Curumim, criado pelo Governo de Minas (1991).

O “Curumim de Nepomuceno” fundado no dia 24 de julho de 1994 na cidade de Nepomuceno-MG e atende em média, 100 crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 14 anos, esse atendimento acontece no contra turno da escola regular.

De 1998 até os dias atuais, o Projeto Curumim ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. Atualmente, os objetivos são a defesa, a proteção e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes por uma educação integral, preconizado pelo Plano Nacional de Educação que diz “adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais” (PNE, 2014-2024). Isso vem de encontro com a meta e a estratégia 6.9, que implica não somente em aumentar o tempo das crianças e adolescentes na instituição educativa, mas de repensar o modelo de educação integral.

Entendendo-se por educação integral a formação global de seres humanos nos seus aspectos: físicos, sociais, cognitivos, afetivos, éticos, estéticos, enfim uma educação repleta de vida e de interação com as pessoas, permeada por atividades lúdicas, artísticas, esportivas, recreativas, culturais e ambientais, que despertam emoções e sensibilidades.

Além disso, criam-se novos espaços para experiências e vivências das crianças e adolescentes na comunidade, onde percorrem as ruas do bairro para abrir novas possibilidades de reflexão sobre o local onde vivem. Essas experiências de educar oportunizam a produção de novos conhecimentos, ligados à vida cotidiana.

O espaço é organizado com a finalidade de manter a segurança e o bem-estar das crianças e adolescentes, além de valorizar os “ciclos de vida” a infância e a adolescência; contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil; manter crianças e adolescentes longe dos perigos da rua; apoiar as famílias para que possam trabalhar; ajudar no combate a evasão escolar.

É uma instituição educativa não formal, rica para reflexão e construção de saberes, que ultrapassam a aprendizagem de conteúdos escolares, sendo o currículo construído a partir do contexto das crianças e adolescentes, do conhecimento que trazem para a instituição. É o local que acolhe a maioria delas que vive em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Diante disso, solicito que o imóvel citado seja doado ao Município de Nepomuceno a fim de abrigar o Núcleo Educacional Dona Henriqueta Rafael de Menezes e proporcionar um funcionamento de qualidade para o Projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

– Os Requerimentos nºs 7.577 a 7.586/2021 foram publicados na edição anterior.

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do Bloco Sou Minas Gerais.

Oradores Inscritos

O deputado Sargento Rodrigues – Boa tarde, presidente. Presidente, queria cumprimentar V. Exa. e dizer que estou acompanhando os debates e as mensagens que estão sendo trocadas no grupo de *WhatsApp* dos deputados, e me causou um espanto enorme, presidente, o fato de uma deputada do PT e de um deputado federal, também do PT, terem ido ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais denunciar o prefeito da cidade de Itajubá por estar realizando tratamento precoce no intuito de prevenir e salvar vidas no Município de Itajubá. O que nos deixou estarrecidos foi o fato de nenhum dos dois parlamentares ter conhecimento na área da medicina, e portanto isso nos deixa muito preocupados.

Enquanto a gente vê a classe trabalhadora ser massacrada pelas medidas restritivas, pelas medidas ilegais que estão sendo tomadas, como o toque de recolher, bem como a proibição do livre exercício da profissão, que é cláusula pétrea, presidente, ou seja, medidas que foram baixadas pelo governador Romeu Zema, através de um comitê Covid, eu estive olhando a decisão do secretariado do governo de Minas e constatei que o governador não teve coragem sequer de baixar um decreto e chamar para si a responsabilidade, achando que isso ia passar batido aqui.

Reuniu-se o conjunto de todos os secretários, e eles assinaram essa decisão do comitê Covid-19, a Decisão nº 139, aqui, em Minas Gerais, baixando toque de recolher e estendendo uma série de proibições, de circulação de pessoas, do livre exercício da profissão. Então, presidente, a gente, de um lado, vê o governo impedindo, prefeitos e governadores impedindo e violando cláusulas pétreas, colocando como motivação a pandemia, sem se preocupar com o que essas famílias vão comer, sem se preocupar realmente se essas famílias terão o que comer. E agora nos causou espanto.

Ontem eu conversei longamente com o deputado Carlos Pimenta, que inclusive está inscrito para falar. Eu queria agradecer ao deputado Carlos Pimenta a aula que nos deu, inclusive, no grupo dos deputados. Deputado Carlos Pimenta, V. Exa. sempre gozou do meu respeito, da minha admiração, hoje muito mais pela sua postura. Para quem não sabe, o deputado Carlos Pimenta é médico há mais de 30 anos. A família toda é médica, a esposa é médica, as filhas são médicas, e ele lida, no dia a dia, com a questão da medicina e nos trouxe um relato muito interessante. Ele falou: “Olhe, deputado Sargento Rodrigues, eu peguei Covid, peguei aquela variante, a chamada cepa de Manaus, e tratei com estes medicamentos: ivermectina, azitromicina, hidroxiquina, zinco e vitamina D”. Portanto o deputado Carlos Pimenta, que é médico, tratou e se recuperou e disse que, lá em Montes Claros, ele mesmo vai atuar nessa frente, ajudando outros pacientes. Ou seja, é o compromisso, deputado Carlos Pimenta, que V. Exa. tem de salvar vidas e o juramento que V. Exa. fez quando se diplomou médico. E está servindo a população. Enquanto outros, além de não defender os trabalhadores, que deveriam estar sendo defendidos por muitos aí que alardearam aos quatro cantos do Estado, do País, dizendo que eram defensores dos trabalhadores, ficaram calados. Estão absolutamente calados e inertes; não defendem uma vírgula, não falam um A sobre os trabalhadores que, neste momento, estão passando fome, estão passando necessidades, precisando ter o seu ganha-pão.

Mas não é o Estado que pode prover tudo, porque não há economia que agüente. Se você fecha toda a economia, como tem sido feito nos últimos dias, como se arrecada imposto? Se não arrecada imposto, não tem dinheiro no cofre público municipal, estadual nem federal. Se não tem o recurso, como é que vai continuar, inclusive, estendendo os auxílios emergenciais? Ou seja, é uma conta que não fecha. Então, de um lado, eles querem que feche tudo, que bloqueie a economia e que mate milhares de pessoas, milhões de pessoas e ponto; de outro, eles querem uma solução, um toque de mágica, como se o dinheiro caísse do céu.

Quero aqui, deputado Carlos Pimenta, voltar à tona e dizer o seguinte: V. Exa. tratou com isso; a minha esposa, que também teve Covid, tratou com esses medicamentos. E nós estamos assistindo a milhares e milhares de pessoas serem tratadas. A pergunta que nós temos que fazer, deputado Carlos Pimenta, é aquela que V. Exa. fez e deixou no grupo há mais de um mês. “Olhe, eu estou com Covid. Estou no início do meu contágio. Vou aguardar a vacina ou vou tomar algum medicamento? Ou vou esperar piorar para ser entubado?” Então é uma resposta que o cidadão precisa dar a ele mesmo. Eu, se pegar Covid e tiver o avanço da doença, eu não vou pensar duas vezes. Eu irei até o médico e perguntarei a ele: “Olhe, esse coquetel de remédios aqui, bem ministrados à minha pessoa, é tranquilo?”. Se o médico falar que é, eu vou tomar porque eu não vou esperar chegar à fase de ser entubado e ficar desesperado. Então eu vou fazer, sim, o tratamento precoce, afinal de contas, Dr. Carlos Pimenta, durante milhares de anos, a medicina sempre defendeu que a prevenção, a profilaxia, o tratamento preventivo sempre foi o melhor.

Concedo um aparte ao ilustre deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte) – Boa tarde, Sargento. Boa tarde aos companheiros, amigos, deputadas e deputados aí da Assembleia. Estou acompanhando o seu pronunciamento Rodrigues, mas, na verdade, mesmo, eu tenho acompanhado a sua postura coerente ao longo de toda essa história da pandemia, de toda a incidência da pandemia aqui no nosso estado.

Eu entendo, Rodrigues, que essa questão de usar ou não os medicamentos preventivos, principalmente na primeira fase da Covid, na primeira fase da infecção, é uma opção que a pessoa tem que ter. Ora bolas, afinal de contas, eu acho que os medicamentos são importantes; existe uma vasta literatura mostrando a importância desses medicamentos. São infectologistas de renome nacional e internacional. É uma prática na Espanha hoje a saúde de lá usar sistematicamente esses medicamentos. Há recomendação inclusive para que os médicos possam analisar essa possibilidade nos postos. Então eu acho que nós temos que respeitar o paciente. Você tem razão. Na hora você faz o diagnóstico e vê que está com Covid no começo, não tem nenhum sintoma, mal-mal uma tossezinha, não está com febre, mas, com certeza, com o passar dos dias, essa fase de replicação do vírus vai passar para uma fase inflamatória. Aí você fica pensando: por que não vou usar o medicamento, se as pessoas estão usando, se deu certo para muita gente? Nós temos exemplos aí em todas as cidades que usam e hoje têm uma baixa incidência. A pessoa opta por usar, vai ao posto de saúde, vai ao seu médico e fala: “Olha, eu quero usar”. Existem pessoas que falam: “Ah, isso não funciona, a medicina, a ciência não recomenda!” A ciência recomenda sim. Se você olhar hoje, verá que metade dos cientistas recomenda, outra metade não recomenda. No momento em que você começa a usar os medicamentos, tanto a Ivermectina quanto a Hidroxicloroquina...

Sargento, há pouco tempo, na época que nós tivemos aquela crise e aquela epidemia de zika vírus... Eu tenho um vídeo mostrando que os meios de comunicação que hoje combatem o uso precoce desses medicamentos falam: “Olha, foi descoberto agora”. Vou mandar para você daqui a pouquinho. Para o senhor ver que essas empresas de comunicação, de mídia nacional, estão defendendo agora o medicamento que está aí, que é importante, que ajuda na recuperação da zika, que evita que crianças nasçam anencéfalas, ou seja, sem cérebro, e hoje essas mesmas empresas combatem. Então, veja bem: eu acho que tudo é uma questão de interesse. Aliás, Sargento, hoje o interesse político, o interesse econômico está se sobrepondo, e muito, ao interesse da população.

Parabéns pelo seu comportamento, pela postura. E pode ter certeza de que eu tenho acompanhado o seu trabalho, tenho aplaudido o seu trabalho pela sua coerência e pela nitidez de raciocínio com que tem enfrentado essa pandemia e passado por ela. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço a V. Exa., deputado Carlos Pimenta. É muito importante o aparte de V. Exa., o depoimento de V. Exa., porque foi ao ponto central. Se a pessoa é uma paciente, se ela esteve com o médico dela e quer tomar o medicamento, e o médico está assegurando que aquilo ali pode ser tomado e que ela não tem outro tipo de complicação... Como V. Exa. deixou isso muito claro ontem, de forma escrita, no grupo de deputados, que se dê a ela a oportunidade, porque essa é uma vontade dela. Então não é um deputado ou uma deputada que tem que ir lá no Ministério Público denunciar o prefeito porque ele está fazendo tratamento precoce. Nós temos é que dar parabéns ao prefeito de Itajubá, que teve a coragem. Como V. Exa. disse ontem, se o

próprio STF deu a autonomia para eles, então eles estão fazendo a parte deles. Eu prefiro, deputado Carlos Pimenta... Se eu estivesse na condição de paciente, e o médico virasse e me dissesse: “Olha, o senhor está aqui no início da fase. O senhor quer tomar esse composto de medicamentos que muitas pessoas já tomaram e melhoraram? O senhor não terá complicação cardíaca ou outra complicação. Ou o senhor quer entrar numa fase e piorar com o avanço da doença e ser entubado? Ou quer ficar aguardando a vacina, que nós sabemos que vai demorar um pouco?”. É óbvio, é óbvio, que V. Exa., como médico e paciente, optaria por tomar esse composto. O irmão de V. Exa., a mesma coisa. A minha esposa tomou e tantos outros, porque nós queremos resguardar e prevenir a nossa saúde e a nossa vida. Agora, você vê pessoas que quanto pior melhor para elas. É uma parte, uma parcela da imprensa brasileira, uma parcela da imprensa brasileira e os partidos de esquerda de forma geral que querem a teoria do caos. Eles querem mais mortes por Covid, eles querem a economia quebrada para depois dizer: “A culpa é do Presidente da República, do presidente Jair Bolsonaro”.

Só que isso a população já vem percebendo, as pessoas não são tão bobas assim. V. Exa. mesmo sabe a revolta que muitos estão vivendo, quando se deparam com uma situação como essa.

Primeiro, o STF dá autonomia, agora, o deputado quer ir lá impedir a autonomia do prefeito. O prefeito de Itajubá está de parabéns, está de parabéns porque está tentando salvar vidas, porque está tentando certamente fazer o melhor. Se podemos fazer um tratamento precoce, que façamos um tratamento precoce. Mas, fica aqui, deputado Carlos Pimenta, esta interrogação: você, cidadão, paciente que contraiu a Covid e está na fase inicial, vai aguardar a chegada da vacina, que nós sabemos que vai demorar um pouco mais, vai fazer um tratamento precoce ou vai esperar piorar a fase da doença até chegar à entubação? É óbvio que qualquer cidadão... V. Exa. disse isso no grupo, há cerca de 20 dias: “Eu tomei o chamado coquetel clássico”. V. Exa. é médico, conhece os medicamentos e confia neles. O depoimento de V. Exa. hoje, através da TV Assembleia, é muito importante, porque este depoimento, deputado Carlos Pimenta, salva vidas. A vida inteira, também estive nas ruas prevenindo e combatendo o crime, salvando vidas. Agora, há outros que não querem salvar vidas. Há outros que estão aproveitando, tirando proveito, querendo fazer uma narrativa que conhecemos muito bem, e essa turma é especialista nesse tipo de narrativa, numa tentativa de botar isso na conta do presidente da República. É uma pena, deputado Carlos Pimenta, que aqueles que exerçam cargos públicos, que deveriam estar preocupados em ajudar, em salvar, em fazer de tudo para salvar, estão na linha contrária: a do quanto pior melhor para ele, esquecendo-se do Brasil. Eu não sou fã, sou crítico ferrenho do Ciro Gomes, pelas posturas que ele adotou, mas, há poucos dias, circulou um vídeo na internet em que ele explica direitinho o que está passando nos bastidores da política, ou seja, essa turma quer mais mortes, essa turma quer que, infelizmente, a economia quebre, para depois falar assim: “Fulano de tal é o culpado”.

Quero, presidente Antonio Carlos Arantes, agradecer a V. Exa., que também tem experiências positivas na sua região sobre o tratamento precoce, porque estamos escutando, por outro lado, narrativas de quem não se preocupa com essas vítimas. O próprio deputado Carlos Pimenta, ontem, nos antecipou: “Olha, há situações específicas que podem ter complicação, mas aí o médico avalia se é a questão cardíaca ou não”. Agora, de uma forma geral, milhares e milhares de pessoas estão sendo salvas pelo tratamento precoce. É isto que nós entendemos: o tratamento precoce feito com responsabilidade, sob orientação médica, está salvando milhares de pessoas no nosso país. São esses valorosos médicos que estão identificando com responsabilidade, logo no início, fazendo o tratamento, ministrando o tratamento precoce, que é o que está salvando vidas. Parabéns ao deputado Carlos Pimenta que veio aqui e deu este depoimento valioso para que a população de Minas Gerais saiba que o deputado Carlos Pimenta, médico há mais de 30 anos, defende o tratamento precoce. Ele mesmo tomou os medicamentos e sabe da sua importância, quando o tratamento é feito com responsabilidade e com acompanhamento médico. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Virgílio Guimarães – Muito obrigado. Eu estava com dificuldade na conexão aqui.

Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, queria fazer uma saudação muito especial ao meu colega deputado Luiz Humberto, porque é aniversário dele hoje, mas sobretudo porque ele está numa luta já há algum tempo para se recuperar, lá em Uberlândia, de um ataque grave de Covid.

O País inteiro está vivendo essa pandemia, está vivendo esse drama. Eu tenho certeza de que o... Na pessoa dele, eu me solidarizo com todo o povo brasileiro, com todos aqueles que sofrem, com todos aqueles que sofrem inclusive com o abandono, por não ter a vacina, não ter o tratamento, sobretudo não ter, às vezes, uma assistência, não ter um respirador, não ter uma vaga na UTI. Mesmo aqueles que se recuperam – eu já conversei com alguns – passam por um momento de uma verdadeira tortura. As pessoas passam por uma pane, passam por uma situação que ninguém quer. Eu já conversei com vários que saíram de uma situação dessa, e são momentos intermináveis em que a pessoa quase que pede a morte, pede para ficar livre desse sofrimento grave.

Portanto, sabendo que, com toda assistência, alguns sofrem – sofrem psicologicamente, sofrem fisicamente, sofrem a tortura da incerteza –, na pessoa desse nosso colega deputado Luiz Humberto, eu me solidarizo com todos. O deputado Luiz Humberto tem a sua posição partidária – eu tenho uma diferente –, mas ele é um amigo de família. Ele sabe disso, ele também é da zona rural, criador de gado zebu – meu pai e minha família inteira têm essa tradição. Tivemos amigos comuns tanto da geração que me antecede quanto da nossa, que é mais ou menos da mesma idade – um dos meus sobrinhos continua, meus irmãos continuam. São várias gerações de uma amizade que ultrapassa as fronteiras de posições políticas, partidárias e ideológicas diferentes, porque o respeito mútuo é muito grande.

Eu falo sobretudo de um exemplo pessoal que reflete aquele que é o sentimento que se tem sobre uma imensa população que sofre e que não merecia estar sofrendo tanto. É uma política equivocada que tem pesado sobre nós, brasileiros.

Eu queria deixar esse registro aqui ao lado dos meus cumprimentos, do meu abraço ao deputado Luiz Humberto pelo seu aniversário. Eu até arrisco dizer: eu espero que ele tenha, daqui para a frente, muitos e muitos aniversários, mas aniversários dobrados pelo nascimento e pelo renascimento. Tenho certeza de que é o que ele está alcançando neste momento com sua garra, com sua dedicação, com seu senso de dever. E nós precisamos muito dele aqui. Quero deixar aqui esse registro com muito sentimento, muita amizade e muita solidariedade.

Quero também, na segunda parte da minha fala, referir-me à questão do pedágio da BR-135. Felizmente tivemos a postergação de mais um reajuste ali. Eu quero voltar com um tema, um tema de que muitos falam: esse pedágio é o mais caro do Brasil – e ele realmente onera muito –, mas eu queria aprofundar um pouco a compreensão sobre esse assunto, quero aprofundar muito essa compreensão.

Primeiro: não é correto fazer uma comparação de um pedágio, por exemplo, da Fernão Dias... E eu falo isso muito à vontade: foi o primeiro pedágio, foi a primeira licitação feita pelo governo Lula, no seu primeiro governo, e foi um êxito enorme. Nós conseguimos realmente um pedágio bem barato, mas é importante dizer que era uma rodovia totalmente pronta, paga com recursos do governo federal. E a obrigação de quem a recebeu foi fazer a manutenção do leito da rodovia, e isso não implicava nem nos acessos, nem em obras novas e muito menos no pagamento de outorga para que o governo atendesse, com esses recursos, outras coisas.

É muito diferente uma sistemática... Bom, eu quero dizer que isso foi adequado àquele momento, e aquela obra já estava pronta, já estava paga. Por que onerar mais ainda o usuário? Mas a 135 é um modelo diferente. No pedágio está embutida não só a manutenção, mas estão embutidas também as obras de duplicação, que são caras e são pagas por isso. Também há a outorga que é paga para que o Estado lance mão disso para outras obras de manutenção, para outras atividades, ou seja, para ficar mais fácil o entendimento, se eu pago um condomínio, é de um jeito, mas, se o meu prédio resolve fazer umas obras de ampliação, o meu condomínio que cobra normalmente só a limpeza, um porteiro em algumas horas do dia, a luz, a água, que são comuns, resolve fazer uma reforma, isso vem como adicional do condomínio. É natural. Eu não posso comparar o que é pago num condomínio de um prédio em que não houve benefício, melhoria com o que é pago em outro onde houve, mesmo que os prédios sejam iguais. Então é diferente.

Mas, partindo do princípio de que ficou muito, já apresentamos, em 2020, uma lei que foi aprovada, a Lei nº 23.574, que o nobre deputado Dalmo Ribeiro chamou de Lei Virgílio Guimarães. O que é verdade porque é o único projeto de lei que aprovei até agora na Assembleia. Ele não vigorou no (– Inaudível.) porque nós colocamos uma emenda depois, que nem é do projeto original.

Veio depois um projeto, com vários autores – eu, o Sávio Souza Cruz, o Léo Portela, vários, o próprio Zé Reis, o Marquinho Lemos, o Professor Irineu e o Celinho Sintrocel –, apresentamos esse projeto que dava um desconto. O governo até aprovou, mas vetou o valor do desconto. Era um desconto viável, porque não mexia com o contrato, baixava só aquilo que pode baixar, que é a outorga. Se ficou caro, ele pode baixar a outorga. É um dos elementos que compõem o total do valor do pedágio. Ora, foi vetado, e a Assembleia Legislativa de Minas manteve o veto. Então não é mais o valor do pedágio do Pimentel. É o valor do Pimentel, cuja diferenciação foi vetada pelo governador Zema, veto este mantido pela Assembleia. Portanto é um coletivo que responde por esse valor, mas eu tenho convicção de que esse tema agora pode voltar. Talvez até nós tenhamos apresentado um valor alto e um desconto de 50%, talvez alguma coisa mais barata.

Outra coisa também. Corretamente até, nas razões do veto, o governo do Estado, o governador Romeu Zema argumentou que junto com a outorga vinham as obrigações de obras, algumas estão mantidas, mas outras, não. A mais importante de todas, que é o contorno rodoviário de Montes Claros, que é parte integrante dessa lei, não mais um projeto nem emenda dessa lei, mas havia também a obrigação de fazer a ligação de Itacarambi-Manga. Essa obrigação custaria uns R\$120.000.000,00 e já foi repassada para o governo federal. Portanto, abre um espaço, aceitando o argumento do governo com o veto. Então nós temos que, oportunamente, voltar a esse tema. Não quero fazê-lo agora porque, como eu disse, foi postergado o reajuste, o que já foi bom. No ano passado também, o reajuste foi postergado e até, digamos assim, é a obrigação do desconto foi cumprida por esse dispositivo. Quer dizer, como não havia o valor de desconto de 50%, não haviam fixado qual seria o valor, do ponto de vista legal, o desconto, que é o aumento postergado, não deixou de ser um desconto.

Então eu queria fazer essas reflexões aqui e dizer que esse assunto merece uma análise mais profunda por parte da Assembleia, sobretudo por nós, lá do Norte de Minas, sobretudo voltados para as futuras licitações, para as futuras concessões. Eu quero deixar bem claro portanto que é um tema que, apesar de ter sido adiado, postergado, esse reajuste, é um assunto que não saiu de pauta. Não.

Quero dizer que vamos preparar, quero procurar colegas, companheiros, para conversar sobre isso, e sobretudo técnicos, técnicos do governo, porque não estou fazendo aqui um discurso para tentar acenar com algo impossível. De jeito nenhum. É bom dizer que um desconto para os veículos da região fica muito barato em relação ao todo. Ele responde apenas por 15%. É uma rodovia que arrecada sobretudo com o trânsito de passagem, o trânsito pesado de passagem. Oitenta e cinco por cento do arrecadado não deriva do trânsito leve dos veículos regionais. E esses são os que sofrem. É o cara que tem uma caminhonete para levar o seu produto da agricultura familiar, que não aguenta aquele pedágio de ir e voltar; é aquela pessoa que trabalha numa cidade e mora em outra, que não aguenta ir e vir, e tem que fazer essa ida e vinda em termos de um consórcio em torno de um carro, de um transporte coletivo ou de um transporte compartilhado, que é muito perigoso.

Então, Sr. Presidente, quero encerrar dizendo o seguinte: encerro o pronunciamento, mas o assunto não está encerrado, voltaremos a ele porque muito temos que fazer ainda em relação à malha viária do Norte de Minas e de toda Minas Gerais e às correções possíveis, factíveis, a respeito do próprio pedágio da BR-135. Tenho dito.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente. Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todo o povo mineiro que nos acompanha nesta tarde.

Presidente, eu quero registrar aqui que ando estudando um pouco mais alguns aspectos dos impactos da pandemia na nossa sociedade. Recebi ontem uma pesquisa realizada pelo Instituto Data Favela, em parceria com a Locomotiva e com a Central Única das Favelas, que é a Cufa, uma instituição inclusive muito capilarizada no Brasil. Essa pesquisa percorreu 76 favelas do Brasil, trazendo um diagnóstico. E eu quero compartilhar parte dessa pesquisa, porque é muito importante que nós possamos entender bem como os impactos estão atingindo a nossa população, especialmente a população mais vulnerável; e como nós também, deputados, e o governo de Minas podemos atuar para trazer dignidade e continuarmos cuidando da vida, de verdade, dessas pessoas. Essa pesquisa mostra

que quase 70% da população moradora de favelas e aglomerados já passou por situação de não ter nenhum dinheiro para comprar a sua comida. E, escutando alguns pronunciamentos aqui ontem, inclusive quero destacar aqui o pronunciamento do deputado Duarte Bechir, eu acho que é muito válido a gente se debruçar também sobre esses estudos. E eu acredito, presidente, que a situação de hoje ainda é muito pior do que mostra a pesquisa. Porque a pesquisa foi feita em fevereiro, e nós já estamos no mês de março, enfrentando, aqui em Minas, a onda roxa. Acabamos também de receber aqui o comunicado do Estado ampliando a onda roxa até o mês de abril, até o começo do mês de abril, Domingo de Páscoa inclusive. Então nós sabemos que a realidade ainda está mais impactada nesse período em que houve uma piora das questões econômicas e da própria questão sanitária.

É uma realidade muito dura a das periferias, e eu estou falando não só pelas pesquisas, mas por própria vivência, porque eu venho dessa região. Sou moradora da região de periferia, do Complexo do Bairro Alto Vera Cruz. Tenho amigos, e muitos amigos e comunidades que vivem essas realidades, e constantemente a gente tem conversado sobre isso. Então não estou falando apenas de dados. Estou falando de uma realidade de onde eu nasci, eu cresci, eu me formei. Estou aqui também representando essa população, e o Alto Vera Cruz inclusive foi uma região entrevistada.

A pesquisa revela que 71% das famílias que vivem nas favelas, nos aglomerados, estão vivendo com metade dos rendimentos que tiveram antes de a pandemia começar. É preciso sim uma ação do Estado, porque falta ação do Estado: falta ação do governo federal e falta ação do governo de Minas.

Quando defendemos o isolamento social, as regras que podem colaborar para diminuir os índices de transmissão do vírus, para diminuir também a necessidade do uso do Sistema Único de Saúde, já que o colapso também já está revelado, isso não quer dizer que nós estamos defendendo o desemprego, a falência das empresas ou dos microempresários, dos empreendedores individuais, muito menos o crescimento da miséria. Nós estamos defendendo a vida, mas é preciso garantir as condições mínimas para que essas pessoas possam sobreviver nesse momento, para que elas possam se cuidar, cuidar das suas casas e ficar em casa se protegendo. Nesse sentido, quero destacar que nós, deputados e deputadas, trabalhamos no ano passado, arduamente, na elaboração de um grande projeto de lei que, hoje, é legislação em Minas Gerais: a Lei nº 23.631/2020, que traz as diretrizes para que o governo possa de fato atuar para garantir a sobrevivência da população mais vulnerável. No entanto, o governo ainda não cumpre essa legislação. Quero destacar isso porque é muito importante, presidente, estarmos focados também na necessidade de garantir a sobrevivência dessa população. O governo pode – e deve – lançar mão de recursos para garantir a sobrevivência dessa população. Nesse projeto elaborado a muitas mãos – acredito que nós temos lá projetos apresentados pelos 77 deputados que compõem a Assembleia Legislativa de hoje –, prevemos, por exemplo, a renda mínima emergencial, priorizando as catadoras e os catadores de material reciclável, priorizando os quilombolas, os indígenas, as famílias em situação de vulnerabilidade que já constam inclusive no Cadastro Único do Estado, artesãos, agricultores, mães – muitas delas são chefes de família e precisam dessa atenção. A gente precisa de fato que o governo se movimente nesse sentido e garanta essa sobrevivência à nossa população.

Essas famílias, caríssimos deputados e deputadas, estão vivendo, em sua grande maioria, das ações do voluntariado. Inclusive, quero aqui destacar as pessoas, os grupos e as instituições que têm feito esse trabalho importantíssimo para garantir o mínimo para essas famílias. Queria destacar, saudar e cumprimentar o projeto Frente Humanitária Lá da Favelinha; a Associação Comunitária do Cafezal, no Aglomerado da Serra; e a própria Central Única de Favelas, que vem desenvolvendo esse trabalho que tem sido essencial para garantir a vida dessas pessoas. São muitos voluntários envolvidos. Mas o importante mesmo, o que considero digno, é que o governo pudesse se antever e cuidar de garantir a vida dessas pessoas.

Quero lembrar também, para quem não conhece a realidade das periferias, que ficar em casa, na periferia, é uma situação muito complicada. A prevenção na periferia é um desafio, porque as pessoas que moram lá, grande parte, são pessoas que compõem a linha de frente: são as auxiliares de enfermagem, pessoas da área da limpeza, porteiros dos hospitais, das frentes de saúde. Elas estão lá, se deslocam, trabalham, enfrentam o vírus, atendem as pessoas e voltam para os aglomerados, onde elas residem em casas que,

muitas vezes, são coabitadas e em que muitas pessoas vivem dividindo os mesmos ambientes. A pesquisa mostra que metade dos domicílios em favelas têm quatro ou mais pessoas e que 60% dessas residências têm no máximo dois quartos. A média é superior a quatro pessoas por dormitório. Então, nas casas da periferia, não tem como fazer isolamento social. Nós precisamos garantir que essas pessoas estejam em casa e que tenham recursos para higiene, recursos para as máscaras e tenham o alimento para que, de fato, elas possam sobreviver, além do enfrentamento ao vírus, nas questões humanitárias, nas questões da fome. Porque a fome, gente, ela não espera e ela está atingido em cheio a nossa população.

Ainda segundo a pesquisa, 58% dessas pessoas não têm certeza da eficácia da imunização diante das (– Falha na transmissão do áudio.) variantes e 46% dos moradores de favelas do Brasil admitem ter recebido fake news no que diz respeito à vacinação. Eu quero destacar aqui o grande desserviço que o governo federal presta ao insinuar ou desestimular a nossa população a vacinar. Inclusive, hoje – notícia de agora há pouco –, nós recebemos também o comunicado de que o governo federal agora, depois de um ano de enfrentamento à pandemia, cria o comitê para coordenar o combate da pandemia. Um ano depois, com quase 300 mil vidas perdidas no dia de hoje. Acho que o boletim de Covid no final do dia vai registrar aí, lamentavelmente, 300 mil vidas perdidas para a Covid.

É muito sofrimento para essas famílias, como o deputado Virgílio aqui colocou, e só agora o governo federal, depois de desestimular, depois de gerar uma série de dúvidas na cabeça da nossa população, cria esse comitê. Eu até fico pensando aqui se, de fato, essa iniciativa está sendo tomada por tamanha tragédia que nós estamos vivendo ou se é porque a pesquisa de impopularidade mostrou que esse presidente, infelizmente, está causando mal ao nosso Brasil.

Quero destacar que é muito importante a gente considerar todos esses aspectos e a nossa atuação aqui enquanto deputados e deputadas. Nós precisamos que o governo de Minas, infelizmente orientado pelo governo federal, possa agir e que ele possa, de fato, chegar até essas famílias garantindo a elas o alimento e as condições básicas para a sua sobrevivência. Nós aprovamos aqui uma legislação e agora ela precisa ser cumprida pelo Estado de Minas Gerais.

Antes de passar a palavra, quero destacar que metade dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. Eu quero destacar que a questão da pandemia e dessas vulnerabilidades nas comunidades estão ligadas e afetam diretamente as mulheres que chefiam essas residências. Cerca de 13,6 milhões de pessoas vivem em favelas e periferias, segundo a pesquisa do Instituto Locomotiva. As mulheres chefiam metade dos lares. São 5,2 milhões de moradores de favelas e periferias que são mães e muitas mães solo. Mais de 92% dessas mulheres revelam que tiveram dificuldade para comprar os itens básicos de sobrevivência e de garantir o sustento e a alimentação. Gente, nós estamos vendo nos supermercados. Os preços aumentarem muito; de tudo, óleo, arroz, feijão, não é? E eu quero registrar aqui que há um aumento que nós não podemos também negligenciar: o aumento da pobreza, inclusive, em Minas Gerais. Minas registrou, segundo os dados da Sedese, deputado Bartô, que 1 milhão de famílias estão vivendo na extrema pobreza com R\$89,00 mensais por pessoa. Isso é um aumento de 6,7% desde o ano de 2019.

Então, gente, eu venho hoje aqui chamar a nossa atenção, fazer esse diálogo não só com as senhoras deputadas e os senhores deputados, mas com toda a nossa sociedade mineira, porque a pandemia está aí. Hoje ninguém tem dúvida da seriedade da pandemia da Covid-19. Quantas vidas estão sendo acometidas, mas há uma questão que é a luta pela dignidade humana, pela justiça social de enfrentamento às grandes desigualdades que vêm sendo reveladas a cada semana nesse enfrentamento à pandemia. E nós precisamos exigir do governo que, em primeiro lugar, de forma séria e verdadeira, nós cuidemos da vida das pessoas.

Deputado Bartô, antes de passar-lhe a palavra, queria só fazer mais um destaque aqui, lembrando que nós precisamos mesmo é da vacinação, da vacinação para toda a nossa população. Eu recebi – e venho recebendo já nesta semana – alguns comunicados e alguns pedidos de mineiros e mineiras em relação à vacina. Eu vou ler um relato aqui que recebi agora há pouco de uma mineira me confidenciando e se abrindo dada a angústia deste momento. Eu vou lê-lo na íntegra, certo? Quem me passou aqui foi a companheira Sissi, que diz o seguinte: “As notícias sobre a Covid chegam a todo momento. Algumas têm me deixado muito

revoltada, e me irrita muito a desorganização na vacinação. Fico recebendo notícias por vários meios de pessoas que andam burlando a ordem, é o pula-fila. Fiquei sabendo de secretárias de dentistas, de dentistas, de professores de educação física e de profissionais de outras áreas da saúde que não estão na linha de frente, mas que estão sendo vacinados na frente das pessoas como a minha irmã, que é acamada, que possui doença autoimune – lúpus –, que é transplantada de rins, com stents nas artérias do coração. Não estou falando dos profissionais que estão nas ambulâncias, nas portarias, nos almoxarifados, nas farmácias dos hospitais, mas de psicólogos ou personal trainers ou outras pessoas que são da área da saúde, por exemplo, e que podem passar na frente dos idosos e de pessoas com comorbidades. Acho que Minas precisa, de fato, se organizar”. Então, gente, nós estamos gerando muito mais angústia nas pessoas. Estou trazendo esse registro aqui da mineira Sissi para revelar que esta tem sido uma semana muito angustiante, além da preocupação com as vacinações, com os inúmeros registros de falta de leitos de UTI e de CTI para atender tantas pessoas acometidas pela Covid-19.

O deputado Carlos Pimenta – É porque ainda estava a imagem no vídeo da nossa querida amiga deputada Ana. Tudo bem! Eu gostaria, presidente, voltando novamente hoje a usar, neste momento, da nossa tribuna, de abordar, de continuar abordando o assunto que nós tratamos ontem – e já com alguns bons resultados que ocorreram. Eu falei ontem, presidente, que, na região do Norte de Minas, principalmente na cidade de Montes Claros, nós estávamos e ainda estamos com uma falta injustificável de medicamentos para que possam ser usados nas UTIs. Os medicamentos que foram encaminhados para a cidade na semana passada já estão chegando ao fim. Essa preocupação, eu pude manifestar junto ao secretário Fábio Baccheretti e ao governador Romeu Zema através do secretário Igor Eto. Nós ficamos aqui ontem aflitos, recebendo toda hora uma mensagem da Santa Casa de Montes Claros, do Hospital Aroldo Tourinho, do Hospital Universitário, do Pronto Socorro do Dilson Godinho, do Hospital das Clínicas, da UPA e do Hospital Alpheu de Quadros. Todos eles estavam enfrentando esse problema, que é grave e que ia se tornar, na verdade, um exemplo negativo para todo o Brasil, para todo o mundo. Imaginem, são mais de 150 pacientes intubados! Eles estão hoje no CTI e são todos pacientes de Covid. Imaginem outros pacientes que também estão intubados nos CTIs e que não são pacientes de Covid, mas sim pacientes que tiveram problemas cardíacos, pacientes que foram operados em caráter de emergência.

Todos eles corriam o risco de, de um momento para o outro, não terem mais o medicamento para poderem continuar anestesiados, inconscientes, para haver o relaxamento da musculatura e eles suportarem o tubo que é introduzido na traqueia para insuflar o ar. Imaginem se, de repente, esses pacientes começassem a morrer por falta desses medicamentos? E isso estava prestes a acontecer – e ainda corremos o risco de ver isso acontecer. Entramos em contato com o secretário Fábio, e ele me falou que, em Belo Horizonte, a Secretaria de Saúde não tem nenhum estoque mais, mas que ele entendia a necessidade de ela socorrer Montes Claros e as cidades do Norte de Minas e que estaria tentando conseguir junto a alguns hospitais, em caráter emergencial e provisório, esses medicamentos para poder encaminhar para Montes Claros. Eu falo “caráter provisório” porque o governador Romeu Zema esteve hoje em Brasília, acompanhado de sua equipe, de sua assessoria, participando de um movimento muito grande, desse encontro entre os três Poderes: o presidente da República, os governadores, o Congresso Nacional, por meio do presidente do Senado e do presidente da Câmara, e o Supremo Tribunal Federal; ele participou desse evento, mas também esteve no ministério, e ficou acertado que Minas Gerais estará recebendo, no máximo dentro de 72 horas, esses medicamentos para serem distribuídos a centenas de hospitais em toda Minas Gerais.

Eu fico muito feliz com a sensibilidade do governador Romeu Zema. Eu tenho acompanhado o seu trabalho, a sua conduta, a sua forma de governar o nosso estado de uma maneira mineira, sem estardalhaço, calado, mas ao mesmo tempo muito eficaz. Eu quero agradecer muito ao governador Romeu Zema por esse gesto de ele se envolver; e nós não poderíamos esperar uma outra postura do nosso governador a não ser esta: ele pessoalmente ir a Brasília e mostrar ao Ministério da Saúde o quanto Minas Gerais está sofrendo e pelo que está passando. E isso efetivamente aconteceu.

Então, ficam aqui hoje, pelo menos provisoriamente, os nossos agradecimentos ao secretário Fábio por ter conseguido esses medicamentos que serão suficientes para esperarmos até que chegue a remessa do Ministério da Saúde para que os nossos hospitais continuem a dar assistência aos pacientes de Covid entubados e, principalmente, para que possam receber outros pacientes. Também comentamos sobre a questão do oxigênio, e o governador está sensível, está sabendo. Isso é muito importante e nos traz uma tranquilidade maior – a mim como médico, a mim como deputado estadual – por saber que a gente tem uma pessoa que está acompanhando pari passu e que – ela mesma, pessoalmente, como governador do Estado – tem feito o possível para poder minimizar essa crise por que estamos passando.

Por falar em crise, presidente, é muito importante também que a gente esclareça a população que nós ainda não chegamos ao ápice dessa segunda onda da Covid aqui no nosso estado, infelizmente. Nós ainda teremos dias difíceis pela frente, nós ainda teremos muitas mortes, e elas devem aumentar também, infelizmente, ao final deste mês, até a data do dia 4 de abril, data até a qual foi promulgada a vigência da onda roxa em todo o Estado de Minas Gerais. Nós vamos passar por muitas dificuldades, nós vamos assistir a muitas pessoas passando mal e a muitas pessoas tendo que ser levadas às pressas para os nossos hospitais para que eles possam lhes dar assistência. E, enquanto isso acontece, enquanto a gente não tem condições de aumentar a vacinação como nós gostaríamos... Esse aumento da vacinação deve começar agora efetivamente a partir do mês de abril, quando se espera que pelo menos 30 milhões de brasileiros, 3 milhões de mineiros sejam vacinados.

Depois vem o mês de maio com mais 30 milhões, o mês de junho com mais 30 e o mês de julho com mais 30 milhões. Eu tenho fé em Deus. Eu rezo todas as horas para que esse número seja uma realidade e, quando a gente chegar ao mês de agosto, nós possamos ter pelo menos 70% da população vacinável, do Brasil e de Minas Gerais, recebendo a primeira e a segunda dose da vacina. Quando eu falo “população vacinável”, presidente, estou obedecendo às regras do Plano Nacional de Imunização, que prevê que as crianças e os adolescentes de 0 a 18 anos não serão vacinados e não precisarão ser vacinados nesta primeira fase. A vacina é prevista para a pessoa a partir de 18 anos. E nós temos um contingente, um universo, uma população em torno de 165 a 170 milhões de brasileiros nessa faixa etária. Se nós conseguirmos até agosto ter mais em torno de 140, 150 milhões, com o que já foi vacinado alcançaremos essa cifra, esse quantitativo de 60% de vacinados até agosto. E aí sim, aí nós começamos a atingir a imunização coletiva, a imunização de rebanho, e o Brasil estará começando efetivamente a ser protegido do coronavírus e dessa Covid.

Eu espero que isso aconteça, que aconteça com o envolvimento dos nossos deputados federais e senadores. De uma maneira muito especial, cito o envolvimento do presidente do Senado, o senador Rodrigo Pacheco, que é mineiro, que recebeu o meu voto para ser senador. Trabalhei para ele poder ser eleito, e ele está demonstrando, acima de tudo, um altruísmo muito grande, um comprometimento muito grande com a população brasileira. Ele está tomando posições corajosas e posições claras em relação ao processo de vacinação ou de tratamento dessa Covid. Eu estou muito orgulhoso de o senador Rodrigo Pacheco estar à frente do Senado e ter tomado para si essa missão de tentar sensibilizar o Congresso americano, norte-americano, para que os Estados Unidos possam vender as vacinas excedentes para o Brasil. Está tentando entrar em contato com outros parlamentos, com outros países. Eu acho que ele está cumprindo o seu papel. Eu acho que está na hora de esse comitê, de esse grupo dos Poderes constituídos no Brasil fazer o que estão fazendo pelo nosso povo e pela nossa gente.

Eu começo a ver uma luz no fim do túnel. Confesso que estava muito triste. Confesso que eu estava muito ansioso. Para mim, que estou vindo de um quadro de Covid, que tive de me recuperar aqui na minha casa, que passei por muito aperto, por muita insegurança psicológica, exercendo o meu papel de paciente agora nesse momento, esquecendo que sou médico, isso foi muito importante. Quando a gente passa por essa pandemia, quando a gente passa pela Covid, quando a gente supera a Covid, é que a gente sabe o quanto é difícil e o quanto é importante o envolvimento das pessoas que detêm o poder neste país.

Então termino a minha fala dizendo, presidente, que estou muito feliz pelas atitudes tomadas pelo secretário de Estado de Saúde, Fábio, em relação a esse atendimento emergencial aos hospitais de Montes Claros, pela postura do governador Romeu Zema,

que foi pessoalmente, que se envolveu pessoalmente, e tem de ser assim, porque Minas Gerais é um Estado importante da Federação brasileira, é um Estado importante que exerce um papel de liderança em nosso país. Ele mostrou que está preparado para exercer esse papel. Tem gente que ainda crítica, tem gente que ainda não entendeu a gravidade dessa pandemia, tem gente que usa os argumentos políticos e eleitores visando à eleição que deve acontecer no ano que vem, para poder levar vantagem. O momento não é disso. O momento é de a gente pensar nas pessoas que estão sofrendo, nas pessoas que estão com falta de ar, que precisam de um hospital, de um leito hospitalar, de um CTI. Esse, sim, é o momento de as pessoas de bem do nosso estado se envolverem e se comprometerem para colocar um fim a essa pandemia, que já vitimou quase 300 mil pessoas, 300 mil brasileiros e brasileiras, deixando as famílias em luto. Além de muitos outros que ainda morrerão.

Espero que a gente possa ter êxito na vacinação que vai começar, para mim, agora no mês de abril. Perdemos um tempo danado. Aliás, presidente, hoje eu criticava inclusive a Fiocruz, uma instituição que tem história ao longo dos séculos, mas que ficou 45 dias sem produzir as vacinas por falta de estrutura, e dizendo que uma das máquinas havia quebrado. Isso não justifica. São 45 dias em que ela poderia ter produzido e fornecido hoje milhões de doses da vacina. Espero que tenha resolvido seus problemas e que possa passar a produzir a vacina tão necessária ao povo brasileiro.

Cumprimento o Instituto Butantan, pela sua agilidade, pela sua eficiência e profissionalismo, o instituto que segurou a barra nesses meses aí de janeiro, fevereiro e março. Então, a partir de abril, espero que a gente possa ter as vacinas compradas da Pfizer, da Moderna, da Covaxin, e que também possamos produzir a CoronaVac e a AstraZeneca e colocá-las à disposição do povo brasileiro. Um grande abraço a todos e que Deus abençoe o povo mineiro, os nossos lares, e que nos proteja dessa doença que exige muito das autoridades, mas que exige muito mais das pessoas, para que elas possam cumprir seus objetivos. Muito obrigado, presidente.

O presidente – O deputado Sargento Rodrigues está pedindo um aparte.

O deputado Carlos Pimenta – Desculpe-me, não o vi, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Eu queria, deputado Carlos Pimenta, apenas cumprimentar V. Exa. pelo trabalho sério e pelo seu depoimento e fazer um apelo a V. Exa. Não deixe de dar esse testemunho como médico, como profissional experiente da saúde, que tomou esse medicamento que fez bem para você e para outros pacientes, como V. Exa. mesmo vem acompanhando. Esse medicamento tem salvado vidas, salvado milhares de pessoas, e é muito importante saber disso, principalmente vindo de um profissional da saúde e de um deputado sério e honrado como é V. Exa. aqui em Minas Gerais. Parabéns a V. Exa.

O deputado Carlos Pimenta – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues, e um grande abraço.

O deputado Doutor Jean Freire – Olá, presidente, muito boa tarde; boa tarde, colegas deputados e deputadas, povo mineiro que nos assiste.

Presidente, primeiro gostaria de prestar minha solidariedade à prefeita de Contagem, Marília Campos, pela coragem de estar enfrentando a administração, ela que já foi prefeita daquela cidade e que, neste momento de pandemia, tem que assumir também o controle da administração pública daquela cidade. Também quero cumprimentar a companheira Margarida Salomão, que tem enfrentado toda essa situação e sofrido ataques nas suas redes sociais e manifestações em frente à sua casa, simplesmente porque está cumprindo aquilo que determinou o governo do Estado, ou seja, a onda roxa. Está priorizando a vida. Isso é que é importante. Estão me ouvindo?

O presidente – Aqui, na Mesa, perfeitamente. Espero que todos estejam. Fique à vontade.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito bem, vou continuar. Presidente, não é hora de a gente partidizar, tornar essa questão mais acirrada do que já vem acontecendo desde o início da pandemia, mas a gente tem que pautar algumas questões, não podemos ficar calados e deixar de pautar algumas questões. A cada dia, cada brasileiro que tem consciência se assusta com os números. Não podemos banalizar a morte. Já passa de (– Falha na transmissão do áudio.) por dia.

Então, Sr. Presidente, nós ainda vemos hoje a vacinação lenta em todos os estados, no nosso estado, em todo o país, isso porque, desde o início, temos um presidente negacionista, temos um presidente que optou por negar e ainda hoje insiste – insiste – em adotar o tratamento precoce.

Bem, vamos pautar algumas coisas aqui, vamos diferenciar algumas coisas: para toda doença – toda doença –, tem que se fazer o tratamento precoce. O que é tratamento precoce? É começar a tratar aquela doença lá no início da descoberta. Isso é tratamento precoce. E nós temos que pautar isso em toda patologia. A cloroquina já foi testada, retestada, já foi usada por vários profissionais. Eu já tive experiência com a cloroquina, e os médicos estão todos abertos, livres para ter essa experiência. Eu acho que não cabe a nós ficarmos pautando se a enfermidade (– Falha na transmissão do áudio.) entra, ou não entra, ou deixa de entrar com o uso. Se os profissionais médicos daquela cidade decidirem, que o façam com responsabilidade. Mas veja bem, Sr. Presidente, 80% – 80% – das pessoas que adquirem Covid têm uma ótima evolução. Têm uma ótima evolução e não precisam ir a hospitais. Então essas pessoas, usando ou não cloroquina, e a maioria que usa está nesse grupo, vão melhorar. Então eu poderia dizer, pensando assim, que, quando não se faz nada, tem uma melhora, porque, se 80% – e se eu desse um chá –, 80% das pessoas não têm uma evolução ruim. Então vamos pautar isso, vamos deixar muito bem claro para a população.

Eu já recebi pacientes em UTI, em CTI, que ficaram tomando e tomando cloroquina e deixaram de fazer o verdadeiro tratamento precoce – o verdadeiro tratamento precoce –, que é iniciar aos primeiros... O que é tratamento precoce, gente? Aos colegas médicos. No tratamento precoce, ao iniciar os primeiros sintomas, procura-se um médico, procura-se o PSF, procura-se atendimento. Isso é tratamento precoce. Se o médico definir entrar com azitromicina, com a cloroquina, é outra situação. Mas muitos, por não fazerem o verdadeiro tratamento precoce, por ficarem tomando cloroquina, cloroquina, cloroquina, cloroquina, colocaram na cabeça que isso é tratamento precoce, quando chegam aos hospitais, chegam com uma péssima saturação. Sr. Presidente, já vi paciente chegar... Hoje todo mundo sabe aí de saturação. Quando se fala de saturação abaixo de 90, todo mundo já fica preocupado, então já se popularizou aí esses novos termos: "saturação", "oximetria", essas situações todas, não é? Sr. Presidente, eu já vi paciente ficar usando cloroquina e chegar saturando 50% no hospital. E eu deixo muito bem claro: se o colega médico decide usar com responsabilidade, não tenho nada contra quem decidir usar com responsabilidade, mas não vamos aqui ficar pautando isso como uma política pública, sair dando azitromicina para todo mundo.

Já foram feitos tantos estudos para a azitromicina, ao ponto de que hoje os estudos são para mostrar a ineficácia da medicação, a ineficácia. Já cansou-se de provar a eficácia. E olhem que é um medicamento muito importante, é um medicamento muito importante para outras patologias.

Enquanto isso, enquanto gastam milhões em cloroquina, os hospitais, os CTIs estão clamando pelo kit entubação – se fala tanto em kit –, pelas medicações importantes para entubar o paciente, para sedar o paciente no momento da entubação, pelas medicações importantes para manter o paciente no respirador. Enquanto isso, o nosso estado ontem entrou em estado de alerta quanto à questão do oxigênio. Quanto à questão do oxigênio, o nosso estado entrou em estado de alerta! Então não queremos ver aqui o que aconteceu em Manaus.

Eu quero aqui deixar um abraço, aproveitar este momento e dizer ao Dr. Fábio que está chegando à secretaria que ele tem deste deputado aqui o apoio para discutir, para conversar, para pegar as coisas que nos une, e não as que nos separa, para lutar contra esse vírus, para combater essa pandemia. É isso o que eu acho importante neste momento. Quem ouviu a fala do presidente ontem... Que fala boa, não é? Ele foi realmente, do início ao fim, muito coerente, muito coerente. Ele iniciou o seu discurso mentindo; no meio do discurso, ele continuou mentindo; e terminou o discurso mentindo. Vejam a coerência dele! É coisa que ele sempre faz. A gente não pode deixar de pautar isso, mas não vou ficar entrando nisso. Eu quero é que faça aquilo que colocou ontem quanto à vacinação; eu quero é que ele realmente pense daquele jeito. Se pensar daquele jeito que colocou em relação a alguns pontos ontem... Nós temos pontos que nos unem, que é a vacinação em massa, que é vacinar o nosso povo. Mas lá ele disse que fala isso desde o início. Mentira!

Mentira! Olha, Sr. Presidente, me desculpe, goste de um ou não goste, mas ali realmente reuniu dados em suas falas e ações desde o início que nós podemos dizer que é um... (– Falha na transmissão do áudio.)

Chamo agora os colegas deputados, com respeito a cada um, para a temática importante que neste ano o papa Francisco aborda: o diálogo, dialogar. Eu não sou dono da verdade nem quero ser. Eu acho que o consenso... Quando a a gente pega pontos importantes que um fala, que outro fala, chegamos a um denominador comum. Então este é o momento de nós pegarmos as coisas que nos unem; este é o momento essencial para isso. Nós não aguentamos mais ver Minas e o País baterem recorde em cima de recorde em óbitos. Nós não aguentamos mais isso. Olha, só quem está dentro de um serviço, de um hospital, de um setor de Covid e vê no dia a dia mortes, e vê no dia a dia pessoas agonizantes... Essa pessoa sabe com certeza o que os telejornais vão dizer. Por mais que nós tenhamos um País da dimensão do nosso, nós temos um só governante federal, nós temos um só, e ele está tomando as mesmas medidas no País inteiro.

É por isso que, no dia a dia, a gente vê o País inteiro pintado de vermelho, na onda vermelha, na onda crítica. Por isso, vamos agora nos preocupar em ver como estão as medicações para a entubação, como está o oxigênio, vamos tomar força nesse rumo, meus amigos, nesse rumo, e trabalhar com (– Falha na transmissão do áudio.) Esse, eu acho, é o papel fundamental que temos que desenvolver e cobrar. Por que não cobrar que o Senado faça algo, Sr. Presidente? Não podemos ficar assistindo... Eu vejo agora esse grupo que se formou com o Ministério Público, com o Judiciário, com o Senado, com o Executivo, e espero que tenha resultado, porque a gente não pode mais ficar assistindo a um presidente com todas as características genocidas, um presidente que não tem o mínimo de compaixão ao ver o seu povo morrer, e ficar calado. Alguma coisa precisa ser feita, alguma coisa precisa ser falada, é preciso movimentar. Essa é a liderança máxima de um país. A gente espera que a liderança máxima de um país tenha uma condução independente de coloração partidária. É preciso que ele dê uma condução para ajudar o seu povo, e nós não estamos vendo isso. Um grande abraço a todos e a todas. Isso vai passar, se Deus quiser.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado à 1ª Parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

ACORDO DE LÍDERES

– O Acordo de Líderes em que a totalidade dos líderes com assento nesta Casa acordam que, durante a suspensão das atividades das Comissões imposta pela Deliberação da Mesa nº 2.762/2021 em função da gravidade da pandemia de covid-19, os requerimentos de que trata o inciso III do art. 103 do Regimento Interno sejam apreciados conclusivamente pela Mesa da Assembleia, foi publicado na edição anterior.

DECISÃO DA MESA

– A Decisão da Mesa, acolhendo o Acordo de Líderes e determinando seu cumprimento, foi publicada na edição anterior.

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento nº 302/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Esportes e ao comandante do Corpo de Bombeiros do Estado pedido de informações sobre a situação dos alojamentos de atletas de base do futebol mineiro e das escolinhas de aprendizagem de futebol, bem como sobre a situação dos alvarás de

funcionamento e autos de vistorias do Corpo de Bombeiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB).

O presidente – Votaram “sim” 23 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 302/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.093/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas, mesmo já tendo sido reconhecido como uma associação privada, ainda continua cadastrado no banco de dados do Detran-MG. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 2.156/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de informações sobre o impacto da realização da Copa América de Futebol em Belo Horizonte e adjacências quanto às receitas geradas nos setores de serviços, de turismo e hoteleiro. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

– Registra “branco”:

Andréia de Jesus (Psol).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Houve 1 voto em branco. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.156/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 2.458/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao delegado da Polícia Civil de Minas Gerais em Mariana pedido de informações sobre o desfecho do caso de maus-tratos a animais ocorrido no dia 22 de junho de 2019, nesse município. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 4.756/2020, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os serviços disponibilizados no Estado para o atendimento de crianças e adolescentes usuários de drogas, discriminando o número de vagas existentes e a sua distribuição no Estado por modalidade de serviços e o número de crianças e adolescentes usuários de drogas atendidos nos últimos dois anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 25 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 4.978/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os valores repassados ao Hospital João XXIII e ao Hospital João Paulo II referentes às verbas de custeio, destinados à compra de materiais e insumos para atendimento médico nesses hospitais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Leninha (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.299/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre quantos servidores *ad hoc* exercem a função de escrivão em todos os municípios do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.654/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações acerca de quantas e quais regiões do Estado possuem o programa Celebrate e quais delas estão com trabalhos paralisados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Coronel Henrique (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – João Magalhães (MDB) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.808/2020, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre a função a ser assumida pelo Terminal Rodoviário Israel Pinheiro, esclarecendo-se se será a de terminal rodoviário intermunicipal ou de terminal metropolitano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Coronel Henrique (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 32 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.885/2020, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca da execução do programa Bolsa Verde, especificamente com relação aos editais abertos e não finalizados, ao planejamento do órgão para a conclusão do passivo de pagamentos pendentes e à viabilidade de abertura de novos editais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Coronel Henrique (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Magalhães (MDB) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 30 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.356/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre quais empresas e linhas de ônibus atuam no transporte coletivo intermunicipal rodoviário do Estado, qual a arrecadação total de ICMS e outros tributos e taxas, quais empresas e linhas e o número de linhas, de veículos, de passageiros transportados, de bilhetes emitidos, bem como uma análise da arrecadação nos últimos 10 anos no setor. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Coronel Henrique (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – João Magalhães (MDB) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Irineu (PSL) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 7.356/2021 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 25, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

– O presidente, na 21ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 25/3/2021, leu a seguinte comunicação:

“COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

“A presidência informa ao Plenário que, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa, publicados no *Diário do Legislativo* de 25/3/2021, foram aprovados conclusivamente pela Mesa da Assembleia os Requerimentos nºs 7.230/2021, do deputado Gustavo Mitre, 7.489/2021, do deputado Hely Tarquínio, 7.577/2021, da deputada Rosângela Reis, 7.578/2021, do deputado Sargento Rodrigues, 7.579/2021, do deputado Betão, 7.581 e 7.583/2021, da deputada Andréia de Jesus, e 7.584/2021, do deputado Noraldino Júnior e outros. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.”.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.496/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da deputada Andréia de Jesus, a proposição em epígrafe solicita à Presidência da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais pedido de informações acerca do contrato celebrado entre o Estado de Minas Gerais representando a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e o Instituto Elo, para que o referido órgão se posicione sobre a legalidade dos recursos repassados por força do contrato pactuado.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 11/3/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, solicita-se, nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais pedido de informações acerca do contrato celebrado entre o Estado de Minas Gerais representando a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e o Instituto Elo, para que o referido órgão se posicione sobre a legalidade dos recursos repassados por força do contrato pactuado.

Infere-se do art. 2º da Constituição da República não apenas a independência funcional atribuída a cada um dos Poderes do Estado como também a interdependência entre eles, com o objetivo de instituir um sistema de freios e contrapesos, por meio do qual é estabelecido mecanismo de controle recíproco entre os Poderes, com o escopo de promover o equilíbrio constitucional, tornando-os harmônicos e inter-relacionados.

Com essa finalidade, foram instituídos mecanismos de controle entre os Poderes, dos quais se destacam aqueles que atribuem ao Parlamento, desde os primórdios de sua criação, a competência para fiscalizar atos do poder público, especialmente os do Poder Executivo, sob as formas, principalmente, de autorização, aprovação, apreciação e suspensão. O art. 49 da Constituição da

República e o art. 62 da Constituição Mineira tratam das competências administrativas de natureza exclusiva e privativa do Legislativo, nas esferas correspondentes, relacionadas ao exercício do controle dos atos estatais.

No exercício do poder constituinte decorrente, o Constituinte Mineiro assegurou ao Poder Legislativo mecanismos de controle dos atos do poder público, atribuindo-lhe poder fiscalizatório, especialmente em relação aos atos de competência do Poder Executivo. Destaca-se, nesse ponto, o inciso XXXI do art. 62 da Constituição Estadual, que atribui à Assembleia Legislativa competência privativa para “fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Como instrumento desse poder fiscalizatório, a Carta Política Mineira instituiu também a prestação de informações pessoalmente e o pedido escrito de informações. Com efeito, a prestação pessoal de informações, em consonância com o *caput* do art. 50 da Constituição da República, encontra-se regulada no § 4º do art. 54 da Carta Mineira, segundo o qual a Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões poderão, sempre que julgarem necessário, convocar secretário de Estado, dirigente de entidade da administração indireta ou titular de órgão diretamente subordinado ao governador do Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade, no caso de ausência injustificada. Além disso, o inciso IV do § 2º do art. 60 atribui às comissões parlamentares a competência para convocar as autoridades referidas no art. 54, ou outra autoridade estadual para prestar informação sobre assunto inerente às suas atribuições.

Por outro lado, os §§ 2º e 3º do art. 54 atribuem à Mesa da Assembleia a possibilidade de realização de pedido escrito de informações: o primeiro assegura a possibilidade de encaminhamento do pedido a secretário de Estado; o segundo prevê que a Mesa poderá encaminhar o pedido “a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.

Dessa maneira, o disposto no § 3º do art. 54 da Constituição Estadual deve ser interpretado de modo a considerar a expressão “outras autoridades estaduais” no contexto do *caput* do artigo, de forma a complementar o conteúdo da norma nele enunciada. Com o objetivo de manter a coerência com o enunciado no *caput* do artigo, o significado da expressão em referência não pode ser outro senão o da possibilidade de a Mesa da Assembleia Legislativa encaminhar pedido de informação a outras autoridades que integrem a estrutura organizacional do Poder Executivo.

Do exposto, considerando que o requerimento em questão se dirige a dirigente do TCEMG, órgão de controle externo, que atua como auxiliar do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, concluímos por sua adequação ao art. 54 da Constituição Mineira, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 99, de 2019.

Conclusão

Ante todo o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 7.496/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 25 de março de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Doutor Jean Freire, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 7.580/2021

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria do deputado Betão, o requerimento em epígrafe solicita seja encaminhando ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informação, consubstanciado em relatório, sobre os estudos realizados pela diretoria da empresa que demonstrem que equipes terceirizadas ou subcontratadas por uma empresa terceirizada prestam melhores serviços do que os atualmente prestados pela equipe da Gerência de Relacionamento com Clientes RC/CL, bem como sobre a ata de reunião que

decidiu pela extinção da equipe do RC/CL – Cemig Distribuição S.A. e pela contratação de IBM, com a orientação de subcontratar uma empresa terceirizada para realizar as atividades que atualmente estão sob a responsabilidade da RC/CL, e o contrato de prestação de serviços, apresentando-se os argumentos e as razões que orientam a tomada de tais decisões.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 25/3/2021, vem a matéria a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em tela pretende requisitar informações ao diretor-presidente da Cemig, consubstanciadas em relatório, sobre os estudos realizados pela diretoria da empresa que demonstrem que equipes terceirizadas ou subcontratadas por uma empresa terceirizada prestam melhores serviços do que os atualmente prestados pela equipe da Gerência de Relacionamento com Clientes RC/CL. Requer, também, informações sobre a ata de reunião que decidiu pela extinção da equipe do RC/CL – Cemig Distribuição S.A. e pela contratação de IBM, com a orientação de subcontratar uma empresa terceirizada para realizar as atividades que atualmente estão sob a responsabilidade da citada RC/CL, bem como informações constantes no consequente contrato de prestação de serviços, apresentando-se os argumentos e as razões que orientam a tomada de tais decisões

A Constituição Estadual, no inciso II do § 1º do art. 73, estabelece que compete à Assembleia Legislativa o controle externo dos atos das unidades administrativas dos Poderes do Estado.

Estabelece ainda que, de acordo com seu art. 54, § 3º, a Mesa da Assembleia pode encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, ao comandante-geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

A matéria constante no requerimento, referente a contratações celebradas por entidade da Administração Indireta do Estado, tem impacto no interesse público. Ademais, a autoridade da qual se requer informação está abrangida pelo citado § 3º do art. 54 da Constituição do Estado.

Verifica-se, assim, a pertinência do requerimento em análise.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 7.580/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 25 de março de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Doutor Jean Freire, relator.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 24/3/2021, a seguinte comunicação:

Do Bloco Sou Minas Gerais em que notifica o aniversário do amigo deputado Luiz Humberto Carneiro, ao mesmo tempo em que formula votos de que se recupere plenamente e manifesta a admiração dos pares, amigos e servidores por sua força e luta. (– Ciente. Oficie-se.)

**REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 2.680/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes aprovado na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 2/7/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao comandante da Polícia Militar em Viçosa pedido de informações sobre o desfecho de um crime de maus-tratos, contra animais ocorrido no Município de Cajuri, no dia 30 de junho de 2019.

Sala das Reuniões, 3 de setembro de 2019.

Noraldino Júnior, presidente.

REQUERIMENTO Nº 2.996/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire aprovado na 16ª Reunião Ordinária, realizada em 24/9/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o detalhamento dos custos que compõem a tarifa do transporte coletivo metropolitano, demonstrando-se se houve ou não redução da tarifa devido à retirada dos cobradores.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular de 8/8/2019, que teve por finalidade debater a ausência de cobradores nos ônibus após visita da comissão às estações de integração.

Sala das Reuniões; 24 de setembro de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.140/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e Professor Cleiton, aprovado na 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 9/10/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à subsecretária de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre os índices de suicídio, consumados e tentados, dos agentes de segurança socioeducativos e penitenciários, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares, do ano de 2014 ao ano de 2018, respectivamente.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública de 4/10/2019, que teve por finalidade debater o aumento do índice de suicídio entre os profissionais da segurança pública no Estado.

Sala das Reuniões, 9 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.211/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 22ª Reunião Ordinária, realizada em 16/10/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre quando a Rede Minas vai efetivamente integrar a Empresa Mineira de Comunicação, qual será o regime de trabalho dos seus servidores, se eles irão perder algum benefício com a mudança e se será viável a proposta dos servidores para que a Empresa Mineira de Comunicação se transforme em uma *holding*.

Sala das Reuniões, 16 de outubro de 2019.

Bosco, presidente.

REQUERIMENTO Nº 3.754/2019*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o Plano de Atendimento Escolar da rede estadual de ensino para 2020, especificando se há previsão de fechamento de escolas e exclusão de vagas do primeiro ano do ensino fundamental.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 25/3/2021.

REQUERIMENTO Nº 4.012/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 16/2019, apresentada por Adimilson Alcantara Gonçalves, da Prefeitura Municipal de Araçuaí, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre o projeto de captação de água da Barragem de Machado Mineiro, para atendimento, por gravidade, dos Municípios de Águas Vermelhas, Divisa Alegre, Medina e Pedra Azul.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.

REQUERIMENTO Nº 7.379/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações quanto ao conjunto de ações, projetos de engenharia, cronograma e previsão de início de obras do trecho Caeté – Distrito de Morro Vermelho – Raposos, extensão de 22 km, correspondente ao programa Caminhos de Minas, lançado pelo Governo do Estado em 2010.

Sala das Reuniões, 19 de fevereiro de 2021.

Ione Pinheiro (DEM)

REQUERIMENTO Nº 7.405/2021*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As deputadas Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Leninha e os deputados André Quintão, Betão, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Marquinho Lemos e Ulysses Gomes requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os estudos de impacto ambiental e sobre a tramitação dos processos de licenciamento ambiental e de obtenção da outorga de uso das águas do Projeto Serro, referentes à extração de minério de ferro no Município de Serro, apresentados pela Mineração Conemp Ltda., com sede na Fazenda Tanque Seco, na zona rural de Itabirito.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 25/3/2021.

REQUERIMENTO Nº 7.415/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a forma de execução da “elaboração de projetos viários – pequenas pontes” conforme citado na lista indicativa de projetos do Anexo IV – Programa de Fortalecimento do Serviço Público do Acordo Judicial para reparação integral relativa ao rompimento das barragens B-1, BIV e B-IVA/Córrego do Feijão.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2021.

Tito Torres (PSDB)

REQUERIMENTO Nº 7.417/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações relativas ao plano de recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG e incluindo os municípios das referidas rodovias, de acordo com a indicação de projeto constante no Anexo III – Programa de Mobilidade do Acordo Judicial para reparação integral relativa ao rompimento das barragens B-1, BIV e B-IVA/Córrego do Feijão.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2021.

Tito Torres (PSDB)

REQUERIMENTO Nº 7.464/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações para que indique de forma detalhada o número de leitos “criados” de Unidade de Terapia Intensiva – UTI por hospital, entre fevereiro de 2020 a Fevereiro de 2021.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2021.

Bartô, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (Novo).

Justificação: O Governo de Minas Gerais publicou, no dia 3/3/2021, a nova versão do plano Minas Consciente e divulgou que o número de leitos de UTI praticamente dobrou-se entre fevereiro de 2020 a Fevereiro de 2021, passando de 2.072 leitos para mais de 4 mil (notícia em anexo).

Tendo em vista que uma das funções desse parlamentar é agir enquanto fiscal dos atos do Poder Executivo, requer o detalhamento dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI “criados” por hospital no período informado e a respectiva quantidade.

REQUERIMENTO Nº 7.560/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre qual tratamento precoce vem sendo adotado pelo Estado de Minas Gerais para os pacientes acometidos de Covid-19 e seu respectivo embasamento científico. Tendo em vista que, em entrevista à jornalista Leda Nagle, no dia 17 de março de 2021, o Governador do Estado Romeu Zema afirmou que: “tanto é que, entre o início da pandemia, que foi aproximadamente em abril, aqui em Minas, ano passado e o mês de agosto, nós tivemos uma melhoria muito grande no que diz respeito ao tempo que as pessoas ficavam internadas, exatamente por causa do tratamento precoce. Então ele ajuda muito a evitar que a pessoa seja internada e, mesmo quando internada, que ela tenha uma alta com mais rapidez.[Ele ajuda o sistema de Saúde]. Se não fosse ele [tratamento precoce] o colapso já teria acontecido há muito mais tempo.”

Sala das Reuniões, 18 de março de 2021.

Sávio Souza Cruz, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (MDB).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/3/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Lavater Pontes Neto, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Cultura;

nomeando Cleiber de Carvalho, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Cultura.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/3/2021, na pág. 5, onde se lê:

“Matheus Gonçalves”, leia-se:

“Matheus Gonçalves Velloso”.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/3/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/3/2021, na pág. 2, no sumário, onde se lê:

“Correspondência: Mensagens nºs 122 e 123/2021 (encaminhando os convênios que especifica, aprovados nos anos de 2015 a 2020, no âmbito do Confaz e os convênios que especifica, aprovados na 332ª Reunião Extraordinária do Confaz, respectivamente), do governador do Estado”, leia-se:

“Correspondência: Mensagens nºs 122 e 123/2021 (encaminhando os convênios que especifica, aprovados na 332ª Reunião Extraordinária do Confaz, e os convênios que especifica, aprovados nos anos de 2015 a 2020, no âmbito do Confaz, respectivamente), do governador do Estado”.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/3/2021**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 116/2021**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/3/2021, na pág. 9, sob o título “Apresentação de Proposições”, no despacho, onde se lê:

“– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno”, leia-se:

“– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno”.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/3/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/3/2021, na pág. 21, sob o título “Requerimentos”, acrescente-se, após o resumo do Requerimento nº 7.515/2021, o seguinte despacho:

“(– À CPI dos Fura-Filas da Vacinação.)”

COMUNICAÇÕES

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/3/2021, na pág. 59, onde se lê:

“Do deputado Raul Belém em que notifica o falecimento de Neide Pimenta, mãe do deputado Neilando Pimenta, ocorrido em 20/3/2021.”, leia-se:

“Do Bloco Sou Minas Gerais em que notifica o falecimento de Neide Pimenta, mãe do deputado Neilando Pimenta, ocorrido em 20/3/2021.”.